



**ATA DE JULGAMENTO DE PEDIDO DE RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO DE
EMPRESA - PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025**

Na manhã do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, a Pregoeira, responsável pelas licitações na modalidade Pregão, designada pela Portaria nº 060/2024, de vinte e quatro de janeiro de 2024, procedeu com a análise acerca do pedido de recurso de habilitação interposto pela empresa EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA., de CNPJ 56.050.703/0001-89, contra a decisão da Pregoeira em inabilitar a referida empresa por falta de documentação de habilitação constante no Edital. Após análise do pedido de recurso, bem como das contrarrazões por parte da empresa GUARACAR COMÉRCIO AUTOMÓVEIS LTDA., de CNPJ 88.953.577/0001-44 e também do parecer jurídico da assessoria jurídica, a Pregoeira opta por manter sua decisão anterior, mantendo a empresa EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. inabilitada por falta de documentação.

A empresa EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. não apresentou os documentos exigidos nos itens 9.1.7 do Edital – “Apresentar cópia do contrato de concessão com o fabricante”, e tampouco obedeceu ao solicitado no item 9.1.8 do Edital – “Declaração indicando o ponto de assistência técnica autorizada da marca ofertada a uma distância de até 170km da sede do município de Salto do Jacuí. Caso o ponto de assistência autorizada não seja na própria empresa licitante, deve-se a mesma ter anuência com assinatura reconhecida pelo representante da empresa autorizada da marca e que presta o serviço de assistência técnica, revisões e outros serviços pertinentes ao objeto licitado, assim resguardando o município de futuros transtornos como a garantia do veículo. Na declaração, deverá constar a indicação do endereço completo, cidade e telefone para agendamento dos serviços.”. A empresa forneceu tal declaração indicando duas concessionárias Fiat localizadas em até 170 km do Município de Salto do Jacuí, porém, em tais declarações, não constou a anuência com assinatura reconhecida pelo representante da empresa autorizada da marca e que presta o serviço de assistência técnica, revisões e outros serviços pertinentes ao objeto licitado. Desta forma, o documento não atendeu totalmente ao solicitado no Edital.

A referida empresa alega direcionamento por parte da Administração Municipal ao solicitar tais documentos, porém, consideramos que a Administração Pública possui discricionariedade de solicitar a documentação que considerar pertinente, para resguardar-se de futuros problemas que possam ocorrer nas contratações públicas. Ainda, entendemos que a oportunidade de apontar possíveis erros ou irregularidades editalícias foi na fase de IMPUGNAÇÃO DE EDITAL, quando não houve nenhuma reclamação ou pedido de impugnação – logo, entende-se que todos os participantes concordaram com os pré-requisitos do Edital e prosseguiram com sua participação no certame, cadastrando suas propostas e participando da fase de disputa.

Portanto, diante do acima exposto, esta Pregoeira opta por julgar IMPROCEDENTE o presente pedido de recurso. Entretanto, encaminha a presente ata e a decisão final à autoridade superior, para que manifeste sua concordância ou não e, em caso de concordância, encaminhe a presente licitação para a fase de adjudicação e posterior homologação.

Salto do Jacuí, 26 de março de 2025.

Assinado digitalmente por DIESSICA TAIS
ADIESS:01973
687003
DIESSICA TAIS ADIERS
Pregoeira

Assinado digitalmente por DIESSICA TAIS
ADIESS:01973
687003
DIESSICA TAIS ADIERS
Pregoeira
Data: 2025.03.26 11:04:15-03007
EPP: 2025.03.26 11:04:15-03007



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA DE SALTO DO JACUÍ

CAPITAL GAÚCHA DA ENERGIA ELÉTRICA

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DECISÃO ACERCA DE RECURSO
ADMINISTRATIVO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260/2025

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 KM PARA A SECRETARIA MUNICIPAL
DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.**

Consubstanciado nas informações contidas na Decisão proferida pela Pregoeira, tendo também por base o parecer da assessoria jurídica, DECIDO RATIFICAR, conforme as disposições legais, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos, e julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto pela empresa EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA., de CNPJ 56.050.703/0001-89.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Salto do Jacuí/RS, 26 de março de 2025.

RONALDO OLÍMPIO PEREIRA DE MORAES

Prefeito Municipal

Contratante



PARECER JURÍDICO 025/2025

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. ATO DISCRICIONÁRIO. VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO. RAZÕES RECURSAIS.

Trata-se de recurso interposto pela Empresa EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, em face da decisão proferida pela Pregoeira, a mesma alega que ocorreu direcionamento.

É o breve relatório.

Passo a opinar

OBSERVAÇÃO: Este parecer é de caráter consultivo conforme dispõe a melhor doutrina: _ "...reconhece-se a autonomia da autoridade competente para avaliar o conteúdo do parecer jurídico e aceitá-lo ou não". (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 152 ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 601) No mesmo sentido o Tribunal de Contas da União: 1"...deve-se verificar se o parecer está devidamente fundamentado, se defende tese

I. DA ANÁLISE JURÍDICA

Os processos licitatórios devem ser pautados nos Princípios Constitucionais e seus regramentos, bem como nos regramentos infraconstitucionais, com o único objetivo de atender às necessidades da Administração Pública, sem qualquer intuito de favorecer ou direcionar a escolha de possíveis concorrentes do certame.



Além disso, importante ressaltar que as exigências, especificações e descrições técnicas no presente processo licitatório, observam os regramentos legais e Princípios Constitucionais, bem como representam a verdadeira necessidade do Município de Salto do Jacuí.

Outrossim, quando da elaboração do edital, a Administração definiu aquilo que julgou ser necessário dentro das normas legais aplicáveis, prezando não apenas pelo atendimento dos critérios mínimos, mas por todos os critérios necessários para o bom cumprimento do objeto licitado.

De mais a mais, cumpre ainda salientar que as premissas expostas no edital em questão, estão amplamente amparadas nas legislações aplicáveis ao caso em tela, de modo que são transparentes a todos, sem omissão de direitos e, principalmente, de deveres daqueles que se propuserem a participar do certame.

Ademais, sabe-se que a licitação deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos demais que lhe são correlatos.

Salienta-se que os requisitos, especificidades e descrições, previstas e exigidas no certame, não possuem o condão de frustrar a concorrência e/ou competição em igualdade de condições no certame, mas o condão de selecionar a melhor e a mais viável proposta. Nesse sentido, ensina MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária

2



exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada — ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação. Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.”

Desta forma, em relação à exigência documental a referida empresa não apresentou contrato de concessão com o fabricante e a declaração de assistência técnica não consta a assinatura do representante. Ainda, se considera que qualquer questionamento referente ao Edital, deveria ser realizado previamente através de impugnação, o que não ocorreu, visto que todos as exigências editalícias encontra-se legalmente na margem de discricionariedade da Administração Municipal.

II. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opina-se, pela IMPROCEDÊNCIA do referido Recurso Administrativo, interposto pela Empresa EXTREMA COMÉRCIO DE



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Capital Gaúcha da Energia

PEÇAS LTDA, mantendo todas as condições editalícias, bem como o resultado do certame.

Por fim, cumpre registrar que a presente manifestação possui natureza estritamente jurídica, não tendo o condão de cancelar opções técnicas adotadas pela Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Salto do Jacuí, 25 de março de 2025.

Leonir da Silva Pereira

Assessor Jurídico

Advogado

OAB/RS 99.474